

Brasil cresceu 21% nos últimos 3 anos

Em meio às críticas de que o País está parado e de que a população vive descrente da situação, o presidente José Sarney recebeu ontem do IBGE uma notícia animadora: de acordo com as estatísticas levadas ao Palácio do Planalto a economia brasileira cresceu 21,86 por cento no último triênio, número que, segundo o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Ronaldo Costa Couto, supera a média da história.

No ano passado, o crescimento econômico deverá ficar entre 3,5 e 4 por cento, de acordo com as previsões do IBGE, o que segundo Costa Couto representa uma frustração "para os arautos da recessão", porque o País, afirma, não está no apocalipse, embora atravesse uma fase muito difícil na área econômica. Apesar desse crescimento histórico, o ministro admite que as dificuldades vão persistir no decorrer deste ano. "mas há sinais no horizonte de que vão melhorar depois".

Essa melhoria, observou, será reflexo da promulgação da nova Constituição, que vai fixar as regras do jogo para os investidores voltarem a aplicar no País, e do controle da dívida pública interna e externa. Internamente, o ministro afirmou que há governadores programando conclusão de obras para este ano, contra um investimento praticamente nulo no ano pas-

sado. O Governo conta ainda com um bom desempenho da balança comercial no decorrer de 1988 e, pelas estimativas do diretor da Cacex, Namir Salek, o superávit será idêntico ao de 1987, em torno de 11,5 bilhões de dólares.

Mas, apesar de toda a euforia, o Governo, afirma Costa Couto, não ignora que a população de baixa renda vive mal, com custo de vida elevado, e a classe média não está encontrando espaço para dar sua contribuição, "pois está no sufoco". Para que o País volte a crescer a plena carga, de forma a permitir uma distribuição de renda justa, o ministro entende ser necessária a recuperação do acesso ao mercado financeiro internacional, para que se consiga mais investimentos; o resgate da poupança pública, atualmente abaixo de zero; redução do déficit público; menor participação do Governo no mercado financeiro, ou seja, que o Estado não concorra com o investidor privado na captação de dinheiro, o que provoca o aumento das taxas de juros e inabilita os investimentos.

No mais, segundo Costa Couto, é promover uma administração austera e competente, "uma boa dupla para orientar o nível de recuperação da poupança para que o País atinja a meta de crescimento a uma taxa de 6 por cento este ano.